



Simonsen defende abertura na economia

A unificação dos Orçamentos Monetário e Fiscal "precisa ser urgentemente implantada, para afinar a administração econômica com o novo cenário político", afirmou ontem o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, para quem gastar recursos sem autorização do Congresso é incompatível com a abertura.

Segundo ele, "os problemas econômicos e suas soluções têm de ser claramente explicitados à Nação. Dialogar com empresários é importante, mas não é o bastante, pois a Constituição Brasileira não é a *Carta del Lavoro* (a lei trabalhista do governo fascista de Benito Mussolini, na Itália).

Em editorial que está preparando para a revista *Symposium*, de circulação dirigida, ele dirá que as eleições de 15 de novembro serão as mais importantes desde 1965. Embora estas eleições não tenham o caráter plebiscitário, como as realizadas pelo ex-presidente Geisel, pela primeira vez, desde Castelo Branco, o governo federal terá de submeter-se a um esforço para compor uma coalizão majoritária, negociando com alguns de seus atuais opositores. Ele acha que a alternativa, governar apenas com o PDS, não chega a ser inviável, pois com o Senado e com o colégio eleitoral, é possível bloquear as iniciativas da oposição, mas o Executivo ficaria também de mãos amarradas".

Dante dessa perspectiva, o ministro do Planejamento dos governos Geisel e Figueiredo mostra que o Executivo terá de abrir mão de alguns de seus poderes discricionários que vem usando há anos no setor econômico. Destaca que as sociedades modernas exigem agilidade do Poder Executivo e que nem toda providência econômica pode ser submetida a debate prévio, ressaltando a área cambial, onde as decisões devem ser rápidas. Mas, no resto, tudo o mais deve passar pelo Congresso e ser amplamente discutido pelos representantes da Nação, acrescenta.

Considera que o grande centro de debates há de ser o Congresso Nacional. E aí é preciso que "as autoridades econômicas pratiquem dois jogos, o da verdade e o do pragmatismo. A velha técnica de tentar vender otimismo às vésperas da turbulência não pega em tempo de abertura. Qualquer povo é capaz de sacrifícios, desde que enxergue uma luz no fundo do túnel".

Simonsen voltou a explicar não ser contra o Brasil reescalonar sua dívida externa ou ir ao Fundo Monetário Internacional, como se fosse uma questão de princípio. Apenas não vê vantagens imediatas numa tal atitude. Para ele, o que conta é ver se o Brasil pode obter mais recursos fazendo uma renegociação formal, ou a entrada de dólares será maior e mais tranquila pelo simples rolar da dívida. A segunda hipótese parece-lhe mais favorável.

Lembra o ex-ministro que "muita gente" que sugere a renegociação não apresenta soluções técnicas, tais como, a dívida de curto prazo e como resolvê-la.

Acha também o ex-ministro que, para obter-se uma nova racionalidade econômica, revendo-se projetos e programas, não é necessário reescalonar a dívida externa.